



Ministério Público Estadual



MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
EDUARDO TAVARES MENDES

SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

SUBPROCURADOR-GERAL JUDICIAL
AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

CORREGEDOR-GERAL SUBSTITUTO
MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

OUIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
LUCIANO CHAGAS DA SILVA

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
EDUARDO TAVARES MENDES - Presidente

ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO

FÁBIO ROCHA CABRAL DE VASCONCELLOS

LUCIANO CHAGAS DA SILVA

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO

ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

DILMAR LOPES CAMERINO

DENNIS LIMA CALHEIROS

VICENTE FELIX CORREIA

ARTRAN DE PEREIRA MONTE

JOSÉ ARTUR MELO

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
EDUARDO TAVARES MENDES - Presidente

ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

LUCIANO CHAGAS DA SILVA

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
ANTÔNIO JORGE SODRÉ VALENTIM DE SOUZA

SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR
SIDRACK JOSÉ DO NASCIMENTO

DIRETOR DO 1º CAO
LUIZ DE A. MEDEIROS FILHO

DIRETOR DO 2º CAO
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

CHEFE DE GABINETE
FERNANDO AUGUSTO DE ARAÚJO JORGE

DIRETOR GERAL
JOSÉ MAURÍCIO LAURINDO MAUX LESSA

DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO
IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO

DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO
JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS

DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
CARLOS EDUARDO AVILA CABRAL

DIRETOR DE PESSOAL
DILMA ALVES DE QUEIROZ

DIRETOR DO CENTRO DE GERENCIAMENTO DE INFORMÁTICA
MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS

CONSULTORA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA
ELENISE DAUDI TENÓRIO DE SOUZA

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO
OLGA SARMENTO TENÓRIO NETA

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

DIRETORIA GERAL

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. EDUARDO TAVARES MENDES, DESPACHOU, NESTA DATA, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Processos Administrativos nº 434/2011

Interessado: Dr. Anderson Cláudio de Almeida Barbosa

Assunto: Requerendo autorização para residir fora da comarca

Trata-se de pedido de membro do Ministério Público para residir fora da Comarca, pleito que encontra guarida no art. 129, § 2º, da Constituição Federal e, também, na Resolução CNMP nº 26, de 17 de dezembro de 2007.

Em atenção ao disposto no art. 13, do Ato Normativo Conjunto 002/2011 PGJ/CGMP, que prescreve a imperiosa oitiva Corregedoria-Geral do Ministério Público, evoluíram os autos aquele órgão da administração superior.

A douta Corregedoria Geral do Ministério Público, constatando a observância dos “[...] requisitos objetivos estabelecidos no Ato Normativo Conjunto PGJ e CGMP nº 002/2011 [...]”, encaminhou os autos ao Procurador-Geral de Justiça.

Imperioso trazer à lume o teor entalhado no art. 2º do Ato Normativo Conjunto nº 002/2011 PGJ/CGMP, in verbis: “Art. 2º. O Procurador-Geral de Justiça, ouvida a Corregedoria-Geral, e por meio de decisão motivada, em caráter excepcional e em caso de justificada e relevante razão, poderá autorizar a residência fora da comarca ou localidade em que o membro do Ministério Público exercer sua titularidade”.

Destarte, preenchidos os requisitos prescritos pelas precitadas normas jurídicas, DEFIRO o requerido pelo ilustre Promotor de Justiça.

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.
Após, archive-se

Proc: 1966/2012.

Interessado: Diretoria de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça.

Assunto: Requerendo autorização.

Despacho: Acolho o parecer da Consultora Jurídica com a seguinte ementa: “Administrativo – Confecção de camisas para o Programa Adolescente Aprendiz do órgão ministerial. Termo de referência. Justificada a necessidade da compra de pequeno valor. Aplicação do art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Orçamento nº 125/2012 com apresentação 03 (três) orçamentos. Existência de disponibilidade financeira e orçamentária. Pelo deferimento da aquisição junto a empresa Joazeiro & Arruda – Ltda – EPP, perfazendo um valor total de R\$ 900,00 (novecentos reais)”.

Processos Administrativos nº 2.603/2012

Interessado: Dr. Elicio Angelo de Amorim Murta
Assunto: Requerendo autorização para residir fora da comarca

Trata-se de pedido de membro do Ministério Público para residir fora da Comarca, pleito que encontra guarida no art. 129, § 2º, da Constituição Federal e, também, na Resolução CNMP nº 26, de 17 de dezembro de 2007.

Em atenção ao disposto no art. 13, do Ato Normativo Conjunto 002/2011 PGJ/CGMP, que prescreve a imperiosa oitiva Corregedoria-Geral do Ministério Público, evoluíram os autos aquele órgão da administração superior.

A douta Corregedoria Geral do Ministério Público, constatando a observância dos “[...] requisitos objetivos estabelecidos no Ato Normativo Conjunto PGJ e CGMP nº 002/2011 [...]”, encaminhou os autos ao Procurador-Geral de Justiça.

Imperioso trazer à lume o teor entalhado no art. 2º do Ato Normativo Conjunto nº 002/2011 PGJ/CGMP, in verbis: “Art. 2º. O Procurador-Geral de Justiça, ouvida a Corregedoria-Geral, e por meio de decisão motivada, em caráter excepcional e em caso de justificada e relevante razão, poderá autorizar a residência fora da comarca ou localidade em que o membro do Ministério Público exercer sua titularidade”.

Destarte, preenchidos os requisitos prescritos pelas precitadas normas jurídicas, DEFIRO o requerido pelo ilustre Promotor de Justiça.

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.
Após, archive-se

IProc: 3149/2012.

Interessado: Juízo de Direito da Comarca de São Sebastião.

Assunto: Requerendo providências.

Despacho: Em face da manifestação do GECOC, lavre-se a Portaria respectiva.

Proc: 3714/2012 (cópia)

Interessado: Movimento Nacional de Combate a Corrupção Eleitoral – MCCE.

Assunto: Requerendo providências.

Despacho: Em face da manifestação do GECOC, remetam-se os presentes autos à Promotora de Justiça com atuação perante a 26ª Zona Eleitoral.

Proc: 3976/2012.

Interessado: Kleber Malaquias e outro.

Assunto: Requerendo providências.

Despacho: Em face da manifestação do GECOC, remetam-se os presentes autos ao Promotor de Justiça com atuação perante a 15ª Zona Eleitoral.

Proc: 4045/2012.

Interessado: 2º CAO/MP.

Assunto: Requerendo autorização.

Despacho: Acolho o parecer da Consultora Jurídica com a seguinte ementa: “Administrativo – Aquisição de pilhas. Projeto básico. Justificada a necessidade da compra de pequeno valor. Necessidade de cumprimento do limite anual. Aplicação do art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Orçamento nº 118/2012 com apresentação de 03 (três) cotações. Existência de disponibilidade financeira e orçamentária. Pelo deferimento da aquisição junto a

empresa Eletro Silva Atacado Ltda., perfazendo um valor global de R\$ 149,12 (cento e quarenta e nove reais e doze centavos).

Proc: 4065/2012

Interessado: Thyago Riccelli Cavalcante da Silva.

Assunto: Pedido de providências.

Despacho: Em face da manifestação do ilustre Promotor de Justiça, Dr. Marcos Barros Méro, à fl. 08, evoluam os autos retornem os autos à Coordenação da Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Consumidor – PROESDEC.

Proc: 4231/2012.

Interessado: Dr. Adriano Jorge Correia de Barros Lima, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerendo diárias.

Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva, em seguida, arquivar-se.

Proc: 4236/2012.

Interessado: Diretoria de Apoio Administrativo.

Assunto: Requerendo abertura de licitação.

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: “Administrativo – Aquisição de pequeno valor. Projeto básico. Orçamento de preços elaborado pelo setor de compras nº 131/2012. Aplicação do art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93. Possibilidade de contratação direta pelo menor valor. Informação da existência de disponibilidade orçamentária e financeira para o atendimento da despesa. Pelo deferimento da aquisição”.

Proc: 4247/2012.

Interessado: Dr. Eládio Pacheco Estrela, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerendo diárias.

Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva, em seguida, arquivar-se.

Proc: 4281/2012.

Interessado: Comissão Permanente de Licitações/MPAL.

Assunto: Requerendo autorização.

Despacho: Em face da manifestação da Consultoria Jurídica à fl. 12, defiro o pleito. Evoluam os autos à DPO/DCF para as providências de praxe.

Proc: 4331/2012.

Interessado: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Consumidor – PROESDEC.

Assunto: Requerendo publicação no Diário Oficial.

Despacho: A matéria objeto dos presentes autos foi publicada no DOE de 05 de novembro do corrente ano, restando providenciada a demanda. Arquivar-se.

Proc: 4332/2012.

Interessado: Banco Panamericano S.A.

Assunto: Requerendo providências.

Despacho: Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 4334/2012.

Interessado: Núcleo de Defesa do Patrimônio Público/1º CAO/MP.

Assunto: Requerendo publicação no Diário Oficial e outras providências.

Despacho: Defiro. À Assessoria do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça para as providências cabíveis. Após, arquivar-se.

Proc: 4338/2012.

Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.

Assunto: Encaminhando documentos (Proc. 1.11.000.001176/2012-91).

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 4344/2012.

Interessado: Dra. Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos, Promotora de Justiça.

Assunto: Comunicando retorno de férias.

Despacho: Ciente. À DP para as medidas de estilo, em seguida, arquivar-se.

Proc: 4346/2012.

Interessado: Dr. Wladimir Bessa da Cruz, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerendo verba indenizatória.

Despacho: Defere-se. À DP para as providências cabíveis.

Proc: 4358/2012.

Interessado: Dra. Delma Maria Costa Azevedo Pantaleão, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerendo licença médica.

Despacho: Defiro a vista do atestado médico anexo. À DP para as anotações pertinentes. Após, arquivar-se.

Proc: 4361/2012.

Interessado: Dr. Fábio Rocha Cabral Vasconcellos, Procurador de Justiça aposentado.

Assunto: Requerendo isenção de Imposto de Renda.

Despacho: Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 4345/2012.

Interessado: 8ª Promotoria de Justiça de Arapiraca.

Assunto: Requerendo providências.

Despacho: A. R. Após, ao GECOC para se manifestar.

Denúncia Anônima nº 018/2012.

Interessado: Anônimo.

Assunto: Requerendo providências.

Despacho: Em face da manifestação do ilustre Promotora de Justiça, Dra. Failde S. Ferreira de Mendonça, à fl. 36, evoluam os autos retornem os autos à 2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo.

Proc: 0500241-63.2012.8.02.0001.

Interessado: 17ª Vara Criminal da Capital.

Assunto: Requerendo providências.

Despacho: Oficie-se à Promotoria de Justiça mencionada nos autos, para que tome as providências cabíveis à espécie, com a urgência que o caso requer. O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL, EM EXERCÍCIO, DR. LUIZ BARBOSA CARNAÚBA, DESPACHOU, NESTA DATA, O SEGUINTE PROCESSO:

Proc: 4405/2012.

Interessado: Dr. Eduardo Tavares Mendes, Procurador de Justiça.

Assunto: Requerendo inscrição.

Despacho: Encaminhe-se à Secretaria do Colégio de Procuradores de Justiça para as medidas de estilo. O PRESIDENTE DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. EDUARDO TAVARES MENDES, DESPACHOU, NESTA DATA, O SEGUINTE PROCESSO:

Proc: 4359/2012.

Interessado: Dr. Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, Procurador de Justiça.

Assunto: Requerendo inscrição.

Despacho: Ciente. Publique-se. Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 05 de novembro de 2012.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima
Analista do Ministério Público
Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

EDITAL DE REMOÇÃO DE Nº 09/2012

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições e na forma do que preconiza o art. 9º, inciso VI, da Lei Complementar Estadual nº 15/96, c/c o artigo 53 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Alagoas, bem como fulcrado no artigo artigo 6º, inciso III, da Lei 6.112/1999, torna público, para ciência dos interessados, que se encontra vago o Cargo de Procurador de Justiça, de 2ª instância, que será provido POR REMOÇÃO, pelo critério de MERECEMENTO, ficando aberto o prazo de 05 (cinco) dias, a partir do primeiro dia útil que se seguir à publicação deste, para inscrição de candidatos ao referido cargo.

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 05 de novembro de 2012.

EDUARDO TAVARES MENDES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 1.422
DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais, ex vi do art. 127, § 2º, da Constituição Federal, do art. 143, I, da Constituição Estadual, combinados com os arts. 10º, V, da Lei nº 8.625/93 e art. 9º, V, da Lei nº 15/96 e art. 54, da Lei nº 7.264 de 22 de julho de 2011, ratificado pelo art. 12 da Lei 7.317 de 28 de dezembro de 2011.

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica remanejado do orçamento vigente o valor de R\$ 7.708.540,00 (sete milhões setecentos e oito mil e quinhentos e quarenta reais), para reforço de dotações orçamentárias, indicados no quadro I desta portaria.

Artigo 2º - Os recursos necessários para execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial de dotação orçamentária indicada no quadro II desta Portaria.

Artigo 3º - Comunique-se ao Chefe do Poder Executivo para encaminhamento à Secretaria Executiva de Planejamento e Orçamento do Estado para implantação no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM, na forma do art. 54, da Lei nº 7.264 de 22 de julho de 2011. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

EDUARDO TAVARES MENDES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 1.423
DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V da Lei Complementar nº 15/96, resolve designar os membros do GECOC para funcionarem conjuntamente com a Promotoria de Justiça de São Sebastião, de 2ª entrância, nos Autos Investigatórios Criminais contidos no Processo Judicial nº 0000684-94.2011.8.02.0037, em tramitação na supracitada Promotoria de Justiça.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

EDUARDO TAVARES MENDES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 1.424
DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais, resolve dispensar de suas atividades os membros e servidores do Ministério Público que, comprovadamente, participaram do Módulo II do Curso de Capacitação na Persecução Penal do Crime de Homicídio, realizado nos dias 29 e 30 de outubro do corrente ano, no auditório da sede da Procuradoria Geral de Justiça.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

EDUARDO TAVARES MENDES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 1.425
DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e na forma do artigo 59, inciso V da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, resolve conceder em favor do Dr. ADRIANO

JORGE CORREIA DE BARROS LIMA, Promotor de Justiça de Matriz de Camaragibe, de 1ª entrância, 04 (quatro) meias diárias, no valor unitário de R\$ 159,83 (cento e trinta e três reais e sessenta e cinco centavos), perfazendo um total de R\$ 639,32 (seiscentos e trinta e nove reais e trinta e dois centavos), em face do seu deslocamento à Promotoria de Justiça de Joaquim Gomes, de 1ª entrância, nos dias 05, 12, 19 e 26 de setembro do corrente ano, correndo a despesa por conta da verba 030004, categoria econômica 339014 do orçamento vigente.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

EDUARDO TAVARES MENDES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 1.426
DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e na forma do artigo 59, inciso V da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, resolve conceder em favor do Dr. ELÁDIO PACHECO ESTRELA, 3ª Promotor de Justiça de Penedo, de 3ª entrância, 05 (cinco) meias diárias, no valor unitário de R\$ 197,32 (cento e noventa e sete reais e trinta e dois centavos), perfazendo um total de R\$ 986,60 (novecentos e oitenta e seis reais e sessenta centavos), em face do seu deslocamento à 29ª Vara Cível da Capital e Comitê de Conflitos Agrários, de 3ª entrância, nos dias 02, 09, 16, 23 e 30 de agosto do corrente ano, correndo a despesa por conta da verba 030004, categoria econômica 339014 do orçamento vigente.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

EDUARDO TAVARES MENDES
Procurador-Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO
DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

AVISO DE SUSPENSÃO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE LICITAÇÕES Nº 08/2012

O Chefe da Seção de Licitações do Ministério Público Estadual torna público e para conhecimento dos interessados a SUSPENSÃO do Pregão Eletrônico cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para futuras e eventuais aquisições de equipamentos de informática que serão destinados ao departamento de Tecnologia da Informação visando atender às necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça.

MOTIVO: Alteração do Termo de Referência, a pedido do Setor Requisitante.

ESCLARECIMENTOS: o Processo PGJ nº 2056/2012 está disponível para a análise dos interessados, no segundo andar da Procuradoria-Geral de Justiça, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, ou pelo fone/fax (0xx82) 2122-3541, no horário das 08 às 12h das segundas às sextas-feiras.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.mp.al.gov.br.

Maceió, 1º de novembro de 2012.

FERNANDO ANTÔNIO VASCO DE SOUZA
Chefe da Seção de Licitações

PAUTA DA 43ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CSMP A SER REALIZADA NO DIA 07.11.2012

Levamos ao conhecimento dos Senhores Conselheiros que na próxima quarta-feira 06/11/2012, às 9:00 Hs, será realizada sessão do Conselho Superior do Ministério Público na sala dos órgãos colegiados, localizada no 4º andar do edifício sede, onde serão discutidos e deliberados na forma seguinte:

-Apreciação da ATA 42ª Reunião Ordinária de 2012.

PROCESSO PARA CONHECIMENTO

- Ofício n. 91/2012 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de São Miguel dos Campos – Assunto: Comunicando Publicação de Portaria nº 03/2012.

- Ofício n. 93/2012 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de São Miguel dos Campos – Assunto: Comunicando Publicação de Portaria nº 04/2012.

- Of. PJMC nº 1.022-B/12 – Interessada: Promotoria de Justiça de Matriz de Camaragibe – Assunto: Comunicando Instauração de Inquérito Civil Público

PROCESSO PARA DELIBERAÇÃO

1º- Processo PGJ nº 3.180/2012 – Origem: Promotoria de Justiça da Fazenda Municipal - Assunto: Reexame em Manifestação de Arquivamento – Interessado: Público do Trabalho da 19ª Região - Relator: Conselheiro Márcio Roberto Tenório de Albuquerque.

2º- Processo Preparatório nº ICP 83/2011 – Origem: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada e Defesa do Meio Ambiente - Assunto: Reexame em Manifestação de Arquivamento – Interessado: Centro de Controle de Zoonoses de Maceió - Relator: Conselheiro Márcio Roberto Tenório de Albuquerque.

3º- Processo AD. Nº 000277.2012.19.000/2 – Origem: Promotoria de Justiça de Piaçabuçu - Assunto: Reexame em Manifestação de Arquivamento – Interessado: Público do Trabalho da 19ª Região - Relator: Conselheiro Márcio Roberto Tenório de Albuquerque.

4º- Processo PGJ nº 065/2012 – Origem: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada e Defesa do Consumidor. - Assunto: Reexame em Manifestação de Arquivamento – Interessada: Agência Nacional do Petróleo/ANP. - Relator: Conselheiro Márcio Roberto Tenório de Albuquerque.

5º- Processo PGJ nº 1.170/2012 – Origem: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada e Defesa da Saúde, Idoso e do Deficiente - PRODESID- Assunto: Reexame em Manifestação de Arquivamento – Interessada: Carla P Gameleira Rodrigues. - Relator: Conselheiro Márcio Roberto Tenório de Albuquerque.

5º- Processo PGJ nº 64/2011 – Origem: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada e Defesa do Meio Ambiente - Assunto: Reexame em Manifestação de Arquivamento – Interessado: José Arestides dos Santos. - Relator: Conselheiro Márcio Roberto Tenório de Albuquerque.

6º- Processo AD. Nº 715/2010 – 1-11.000.000969/2012-21 – Origem: 5ª Promotoria de Justiça de São Miguel dos Campos - Assunto: Reexame em Manifestação de Arquivamento – Inte-

ressado: Ministério Público Federal. - Relator: Conselheiro Márcio Roberto Tenório de Albuquerque.

7º- Processo PGJ nº 2.803/2011 – Origem: Promotoria de Justiça Fazenda Municipal - Assunto: Reexame em Manifestação de Arquivamento – Interessado: Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas. - Relator: Conselheiro Márcio Roberto Tenório de Albuquerque.

8º- Processo PGJ nº 2.811/2011 – Origem: Promotoria de Justiça Fazenda Municipal- Assunto: Reexame em Manifestação de Arquivamento – Interessado: Tribunal de Justiça do estado de Alagoas. - Relator: Conselheiro Márcio Roberto Tenório de Albuquerque.

9º- Processo PGJ nº 2.816/2011 – Origem: Promotoria de Justiça Fazenda Municipal- Assunto: Reexame em Manifestação de Arquivamento – Interessado Tribunal de Justiça do estado de Alagoas. - Relator: Conselheiro Márcio Roberto Tenório de Albuquerque.

10º- Processo PGJ nº 1.575/2011 – Origem: Promotoria de Justiça Fazenda Estadual- Assunto: Reexame em Manifestação de Arquivamento – Interessado: CUT – Centro Única dos Trabalhadores em Alagoas. - Relator: Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá.

10º- Processo PGJ nº 08/2012 – Origem: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada em defesa do Consumidor - Assunto: Reexame em Manifestação de Arquivamento – Interessada: Agência Nacional de Petróleo-ANP. - Relator: Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá.

11º- Processo PGJ nº 3.387/2009 – Origem: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada em defesa do Meio Ambiente - Assunto: Reexame em Manifestação de Arquivamento – Interessado: Batalhão de Polícia Militar Ambiental. - Relator: Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá.

12º- Processo PGJ nº 45/2012 – Origem: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada em defesa do Meio Ambiente - Assunto: Reexame em Manifestação de Arquivamento – Interessado: SEMPMA. - Relator: Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá.

13º- Processo PGJ nº 3.647/2011 (259/2011) – Origem: Promotoria de Justiça da Fazenda Estadual - Assunto: Reexame em Manifestação de Arquivamento – Interessado: MPF – Procuradoria da República em Alagoas. - Relator: Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá.

14º- Processo PGJ nº 296/2011 – Origem: Promotoria de Justiça da Fazenda Estadual - Assunto: Reexame em Manifestação de Arquivamento – Interessado: Presidente e Tesoureira afastadas do conselho Escolar da Escola Estadual Professor Eduardo Mota Trigueiros. - Relator: Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá.

15º- Processo PGJ nº 22/2011 – Origem: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada em defesa do Meio Ambiente - Assunto: Reexame em Manifestação de Arquivamento – Interessado: 1ª e 2ª Promotoria de Justiça - Relator: Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá.

16º- Processo PGJ nº 1.047/2011 – Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Municipal - Assunto: Reexame em Manifestação de Arquivamento – Interessado: CITELUZ SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO S/A. - Relator: Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá.

17º- Processo PGJ nº 9.920/PJCEF - Origem: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Fundações - Assunto: Reexame em Manifestação de Arquivamento – Interessado: Fundação Teotônio Vilela. - Relator: Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá.

Maceió, 06 de novembro de 2012.

Sidrack Nascimento
Promotor de Justiça/Secretário

ESTADO DE ALAGOAS MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO EXTRATO DA ATA DA 42ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos 31 (trinta e um) dias do mês de outubro de dois mil e doze, na sala dos Órgãos Colegiados, no 4º andar da sede da Procuradoria-Geral de Justiça, presentes o Conselheiro Presidente Eduardo Tavares Mendes e os Conselheiros Geraldo Magela Barbosa Pirauá, Walber José Valente de Lima, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque e Antiógenes Marques de Lira. Ausências justificadas dos conselheiros Luciano Chagas da Silva e Afrânio Roberto Pereira de Queiroz. Havendo quorum, foi declarada aberta a sessão pelo Presidente, oportunidade em que cumpriu-se a todos, bem como manifestou sua satisfação pelas presenças. Em ato contínuo, foi posta à apreciação a ata anterior que fora aprovada, sem emendas, à unanimidade de votos. Em prossecução da reunião, o Presidente trouxe ao conhecimento dos pares, a aposentadoria do Procurador de Justiça Dr. Fábio Rocha Cabral de Vasconcelos e, em ato contínuo determinou à secretaria do Conselho a publicação de Edital para o preenchimento da vacância, determinando, em prosseguimento, que se fizesse a leitura dos processos a serem submetidos à apreciação e julgamento, pelo Egrégio Conselho, no seguinte jaez: PROCESSOS PARA CONHECIMENTO E DELIBERAÇÃO Processo Nº 4.250/2011, Interessada a Corregedoria-Geral do Ministério público, informando das correições realizadas nas Promotorias de Justiça de Girau de Ponciano, Satuba, Fleixeiras, Major Izidoro, Quebrângulo, Anadia e Taucarana que foi submetido ao exame do Conselho, e, alfim aprovado o relatório de correições, à unanimidade de votos. Processo Nº 4.251/2012, interessada a Corregedoria Geral do Ministério público, informando, em sede de Relatório, as Correições Ordinárias realizadas nas Promotorias de Justiça 1ª e 2ª Civil de Atribuição Mista, 1ª, 4ª, 5ª e 6ª Coletiva da Fazenda Pública Estadual, 2ª e 4ª Coletiva Criminal de Atribuição Não Priva, 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 6ª Promotorias de Justiça Coletiva Especial Criminal, 1ª, 2ª Promotorias de Justiça Coletiva Especializada de Defesa da Saúde, do Idoso e do Deficiente, e, o Cargo de Promotor de Justiça Substituto, designado para atuar junto às 9ª, 10ª e 11ª Vara Civil da Capital. Após exame acurado, foi homologado o relatório das correições à unanimidade de votos, determinando o Presidente a publicação do extrato das correições do diário oficial. Em ato contínuo, foi posto à apreciação do Conselho, processo de nº 4.262/2012, interessada a Dra. Gilcele Dâmaso de Almeida Lima, comunicando sua participação no II módulo do curso de Persecução Penal, realizado nos dias 29,30 do fluente mês e ano. A congregação homologou o pedido, à unanimidade de votos. PROCESSOS PARA DELIBERAÇÃO: Processo PGJ nº 67/2011 originário da Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Meio Ambiente, tendo como interessados Moradores da Rua Nova Brasil e relator o Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá. Após a dissertação do voto do relator, inaugurou-se a fase discursiva do voto, culminando com a proclamação do resultado: conhecida e homologada a manifestação

de arquivamento. Processo PGJ nº 42/2012, originário da Promotoria de Justiça Coletiva Especializada e Defesa do Meio Ambiente, tendo como interessada a sra. Maria Abigail Guimarães e Outros, em que figura como relator o Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá. Após a dissertação do voto do relator, inaugurou-se a fase discursiva do voto, culminando com a proclamação do resultado: conhecida e homologada a manifestação de arquivamento. Processo PGJ nº 2.726/2010, proveniente da Promotoria de Justiça Coletiva Especializada e Defesa do Meio Ambiente e Interessada a Secretaria Municipal de Proteção ao Meio Ambiente, tendo como relator o Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá. Após a dissertação do voto do relator, inaugurou-se a fase discursiva do voto, culminando com a proclamação do resultado: conhecida e homologada a manifestação de arquivamento. Processo PGJ nº 2.499/2009, proveniente da Promotoria de Justiça de Piaçabuçu e interessado o Município de feliz Deserto- AL e relator o Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá. Após a dissertação do voto do relator, inaugurou-se a fase discursiva do voto, culminando com a proclamação do resultado: conhecida e homologada a manifestação de arquivamento. Os processos, abaixo relacionados, foram retirados de pauta e redistribuídos ao conselheiro Márcio Roberto, em virtude do impedimento legal imposto ao conselheiro Afrânio Roberto, posto que é um postulantes ao cargo de Procurador-Geral de Justiça, em consulta eletiva a ser realizada. Processo de nº 3.180/2012, originário da Promotoria de Justiça da Fazenda Municipal, Processo Preparatório nº ICP 83/2011, originário da Promotoria de Justiça Coletiva Especializada e Defesa do Meio Ambiente, Processo AD. Nº 000277.2012.19.000/2, originário da Promotoria de Justiça de Piaçabuçu, Processo PGJ nº 065/2012 proveniente da Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Consumidor, Processo PGJ nº 1.170/2012, originário da Promotoria de Justiça Coletiva Especializada e Defesa da Saúde, Idoso e do Deficiente, Processo PGJ nº 64/2011, originário da Promotoria de Justiça Coletiva Especializada e Defesa do Meio Ambiente, Processo AD. Nº 715/2010-1-11.000.000969/2012-21, originário da 5ª Promotoria de Justiça de São Miguel dos Campos, Processo PGJ nº 2.803/2011, originário da Promotoria de Justiça Fazenda Municipal, Processo PGJ nº 2.811/2011, originário da Promotoria de Justiça Fazenda Municipal, Processo PGJ nº 2.816/2011, originário da Promotoria de Justiça Fazenda Municipal. O Presidente noticiou aos demais conselheiros que os procuradores de justiça Afrânio Roberto Pereira de Queiroz, membro deste Conselho e Sérgio Rocha Cavalcanti, subprocurador-Geral de Justiça, ausentaram-se de suas atribuições, em virtude da consulta eletiva em que ambos são candidatos, ao cargo de Procurador-Geral de Justiça. Aduziu, ainda, que os Procuradores de Justiça Luiz Barbosa Carnaúba e Luciano Chagas da Silva, assumiram as atribuições dos ausentes, respectivamente. O Conselheiro Márcio Roberto propôs um voto de louvor aos Procuradores de Justiça Luciano Chagas da Silva e Luiz Barbosa Carnaúba por sua assunção aos respectivos cargos. A proposição de autoria do predito Conselheiro, foi aprovada à unanimidade de votos. Nada mais a discutir, o Presidente encerrou a agregação dos conselheiros, e, para constar, eu Sidrack José do Nascimento, secretário deste Conselho, lavrei a presente ata que vai por mim assinada e pelo Presidente.

Maceió, 31 de outubro de 2012.

Sidrack Nascimento
Promotor de Justiça/Secretário

Eduardo Tavares Mendes
Procurador-Geral de Justiça
Presidente

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processos CG N° 592/2011 e N° 5/2012.

Extrato da decisão: Acolho o parecer da Assessoria Técnica desta Corregedoria-Geral, que passa a integrar a presente deliberação, cujos fundamentos adoto para determinar o arquivamento do feito, visto que o membro do Ministério Público referido nos autos procedeu dentro do estrito exercício de suas atividades funcionais, não havendo, portanto, justa causa para instauração de procedimento administrativo disciplinar. Publique-se com as cautelas de estilo, intime-se e cumpra-se. Maceió, 31 de outubro de 2012.

ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA
Corregedor-Geral do MP/AL

Proc. CG N° 230/2012.

EXTRATO DA PORTARIA DISCIPLINAR N. 002/2012-CG-MPE/AL. SINDICÂNCIA N. 002/2012-CG-MPE/AL. O Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições, e; Considerando o conteúdo do Ofício N° 421/2012- GAB/PGJ/MPE/AL autuado no Processo CG N° 230/2012. RESOLVE: 1. Instaurar SINDICÂNCIA para apurar os fatos narrados no referido expediente; 2. Determinar a publicação desta portaria em extrato; 3. Determinar a atuação e registro da presente portaria; 4. Nomear como Secretária desta Sindicância a Promotora de Justiça Silvana de Almeida Abreu. Cumpra-se. Maceió/AL, 05 de novembro de 2012.

ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA
Corregedor-Geral do MPE/AL

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
PROMOTORIA DE JUSTIÇA COLETIVA ESPECIALIZADA
DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DA CAPITAL

Rua Pedro Jorge Melo e Silva, n° 79, 2° andar,
Poço, Maceió-AL, CEP: 57025-400. Fone: (82)
3356-7201

Interessados: Ministério Público Estadual - Fórum
sobre Poluição Sonora (PSIU/UFAL).

Assunto: Poluição sonora causada pela emissão de ruídos acima dos padrões estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e pela Norma Brasileira Regulamentar- (NBR) 10.151.

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de outubro do ano de 2012 (dois mil e dose) na sala da Promotoria Especializada de Defesa do Meio Ambiente - PJCEDMA, localizada, à Av. Presidente Roosevelt, s/n, sala 12, Barro Duro, Maceió/AL, compareceram o Doutor WLADIMIR BESSA DA CRUZ, promotor de justiça da Promotoria Especializada de Defesa do Meio Ambiente, e a compromitente RED BLUE, pessoa jurídica de direito privado, localizada na Avenida Antônio Gomes de Barros, s/n° bairro do Jatúca, nesta capital, cujo CNPJ n° 11.108.983/0001-09, na pessoa de sua representante legal, o senhor MISOMAR RODRIGUES DE AMORIM JUNIOR, inscrita no CPF n° 028.095.457-31, tendo tomado ciência do que consta nos presentes autos de Procedimento Administrativo de n° 01/2011, que cuida de poluição sonora causada por sua atividade e pretendendo ajustar-se aos regramentos legais, evitando com isso sujeição ao pólo passivo em sede de ação civil públi-

ca de que cuida a Lei Federal n° 7.347, de 24 de julho de 1985 (Lei da Ação Civil Pública), e;

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e recuperá-lo para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO que a poluição sonora - causada pela emissão de ruídos acima dos padrões estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e pela Norma Brasileira Regulamentar- (NBR) 10.151 - provoca perturbação da saúde mental, ofendendo o meio ambiente e, conseqüentemente, afetando o direito difuso e coletivo, "à medida em que os níveis excessivos de sons e ruídos causam deterioração na qualidade de vida, na relação entre as pessoas, sobretudo quando acima dos limites suportáveis pelo ouvido humano ou prejudiciais ao repouso noturno e ao sossego público, em especial nos grandes centros urbanos";

CONSIDERANDO a exigência legal de Autorização Ambiental Municipal para as atividades ou empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores ou degradantes do meio ambiente (art. 34 da Lei Municipal n° 4.548, de 21 de novembro de 1996 - Código Municipal de Meio Ambiente de Maceió);

CONSIDERANDO as provas acostadas aos autos do Procedimento Preparatório n° 01/2011, em curso perante a Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Meio Ambiente, notadamente o Relatório de Medições de Níveis de Ruídos n° 1900/2012;

Firmam o presente compromisso de ajustamento de conduta às exigências legais, ao teor do art. 5°, § 6° da Lei Federal n° 7.347, de 24 de julho de 1985 (Lei da Ação Civil Pública).

I - DAS PARTES

COMPROMISSÁRIO: Ministério Público do Estado de Alagoas.
INTERVENIENTE ANUENTE: Secretaria Municipal de Proteção ao Meio Ambiente - SEMPMA.
INTERVENIENTE ANUENTE: Secretaria Municipal de Controle e Convívio Urbano - SMCCU.
COMPROMITENTE: RED BLUE.

II - DOS COMPROMISSOS

CLÁUSULA PRIMEIRA: A compromitente assume a obrigação de não fazer, no sentido de não realizar ou permitir que se realize qualquer atividade que provoque emissão de sons e ruídos acima dos padrões estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e pela Norma Brasileira Regulamentar- (NBR) 10.151;

CLÁUSULA SEGUNDA: A compromitente assume a obrigação de fazer constar, obrigatoriamente, como cláusula vinculante em qualquer eventual futuro contrato de venda, compra, doação, empréstimo e locação, do imóvel em tela, com a finalidade de transferir a obrigação inserta na cláusula primeira, de modo a ser obtida idêntica adequação de conduta por parte de terceiros, proprietários, possuidores, arrendatários e respectivos sucessores;

CLÁUSULA TERCEIRA: A compromitente assume a obrigação de fazer, no sentido de só promover, realizar ou permitir que se realize eventos ou qualquer atividade que provoque a emissão ou propagação de sons e ruídos, após o licenciamento ambiental do evento ou atividade pela Secretaria Municipal de Proteção ao Meio Ambiente - SEMPMA, na forma do art. 34 da Lei Municipal n° 4.548, de 21 de novembro de 1996 (Código Municipal de Meio Ambiente de Maceió);

CLÁUSULA QUARTA: A Interveniante Anuente promoverá a fiscalização do cumprimento do presente ajuste de conduta, realizando vistorias nos dias e horários tidos como de ocorrência de poluição sonora, procedendo a medições de sons e ruídos na forma da legislação de regência, comunicando (em caso de descumprimento) a Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Meio Ambiente, com remessa do Relatório Técnico respectivo, sem prejuízo da atuação administrativo que lhe couber;

CLÁUSULA QUINTA: O presente Compromisso de Ajustamento de Conduta independente de homologação judicial, ao teor do que dispõe a Lei n° 7.347/85, valendo como título executivo extrajudicial, sendo que o descumprimento de qualquer obrigação ora assumida implicará no pagamento de multa diária de R\$ 300,00 (trezentos reais), sem prejuízo de possível responsabilização administrativa e/ou criminal de atos daqueles que atentem contra as obrigações descritas neste ajuste de conduta.

CLÁUSULA SEXTA: Os valores referentes ao não cumprimento do presente ajuste serão revertidos ao Fundo Municipal de Proteção Ambiental, instituído pelo art. 167 da Lei Orgânica do Município de Maceió e regulamentado pelo Decreto n° 5.892, de 04 de agosto de 1999, devendo os recursos ser utilizados prioritariamente no combate a poluição sonora no Município de Maceió, através de depósito junto à conta do Banco do Brasil n° 5529-8, agência 3557-2.

E por estarem de acordo com as cláusulas suso transcritas, apõem suas assinaturas, surtindo com isso os seus jurídicos e legais efeitos.

WLADIMIR BESSA DA CRUZ
Promotor de Justiça
4° Cargo - PJCEDMA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO AO
MEIO AMBIENTE
BEROALDO ANTÔNIO CALHEIROS LINS

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE E
CONVÍVIO URBANO
JOSÉ GALVACI DE ASSIS AQUILINO

COMPROMITENTE
MISOMAR RODRIGUES DE AMORIM JUNIOR

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
PROMOTORIA DA FAZENDA MUNICIPAL
GABINETE DO PROMOTOR DE JUSTIÇA

Ilustríssimos Senhores
JOSENEIDE FERNANDES DE SOUZA, EDLANE TERTO LINS LEITE, MARINEIDE ASSUNÇÃO DOS SANTOS, CÉLIA FERREIRA DOS SANTOS, LUCIANA SANTOS ALVES, TARCÍSIO NUNES DA SILVA, RANDSON BEIRIZ VERÇOSA e ANTÔNIO LÚCIO SANTOS DA SILVA.

NOTIFICAÇÃO

Pela presente, nos termos do § 1° do art. 10 da Resolução CNMP n° 23/2007, ficam Vossas Senhorias, cujos elementos individualísticos não constam dos autos, NOTIFICADOS do arquivamento do Procedimento Preparatório de Inquérito Civil Público n° 015/2012, em tramitação nesta Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Municipal da Capital, no qual figuram como representantes, sendo representado o chefe do Poder Executivo Municipal, tendo em vista a satisfação do objeto do referido feito, mediante a edição do Decreto Municipal n° 7.435, de 26 de outubro de 2012 (in DOM, 27-10-2012), que efetivou a transmutação do regime jurídico dos em-

pregados públicos que menciona, em conformidade com a Lei Municipal n° 6.114, de 09 de março de 2012, promoção de arquivamento a ser submetida ao Colendo Conselho Superior do Ministério Público, para reexame do mencionado ato que encerra o andamento do processo em consideração, podendo as pessoas co-legitimadas apresentarem razões escritas ou documentos que serão juntados aos autos até a sessão do aludido Sodalício.

Maceió, 05 de novembro de 2012.

MARCOS BARROS MÉRO
Promotor de Justiça

SÚMULA DO CONTRATO N° 44/2012

CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
CONTRATADA: L MAR VIAGENS E TURISMO LTDA (CNPJ n° 69.991.172/0001-70).

DO OBJETO: Prestação de serviço, por intermédio de operadora ou agência de viagens, para cotação, reserva, marcação, remarcação, emissão de passagens aéreas nacionais, de acordo com especificidades, quantidades, condições de fornecimento/execução constantes do Anexo I do Pregão Presencial n° 10/2012, no âmbito do Ministério Público Estadual, no exercício de 2012.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Objeto de procedimento licitatório, na modalidade de Pregão Presencial n° 10/2012, com fulcro na Lei n° 10.520/2002, no Decreto Federal n° 3.555/2000, bem como, no Ato Normativo PGJ n° 06/2005, que regulamentam a licitação na modalidade de Pregão, como também, aplicar-se-ão subsidiariamente as normas constantes da Lei 8.666/93, conforme processo PGJ n° 3184/2012, passando a fazer parte deste instrumento.

DO VALOR: Total estimado de R\$ 55.234,50 (cinquenta e cinco mil, duzentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes deste processo correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, incluso no PPA-2012-2015, consignada no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339033 - Passagens e despesas com locomoção.

DA VIGÊNCIA: Da data de assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2012.

DATA DA ASSINATURA: 31 de outubro de 2012.
SIGNATÁRIOS: Eduardo Tavares Mendes (Procurador-Geral de Justiça do Estado de Alagoas) e Marta Siomara de Oliveira Lopes Lobo (Contratada).

PROTOCOLO GERAL

AO(S) '05' DIA(S) DO MÊS DE NOVEMBRO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DESTES SETOR DE PROTOCOLO, PROMOVEU A DEVOLUÇÃO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, ATÉ AS DEZESSEIS E TRINTA, DOS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADO(S):

1ª CÂMARA CÍVEL

2012.005213-0
AGRAVO DE INSTRUMENTO
CAPITAL
AGRATE :
MATHEUS RANZANI HERRMANN
AGRADO :
ANA PAULA PALAMARTCHUK
Entrada : 31/10/2012 Retirada : 1/11/2012
Devolução : 5/11/2012 Saidap/ TJ 5/11/2012

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 31/10/2012
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
AFRANIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

1ª CÂMARA CÍVEL

2012.006663-4
AGRAVO DE INSTRUMENTO
CAPITAL
AGRADO :
M. M. C.
AGRADO :
K. V. DE O. C.
Entrada :1/11/2012 Retirada :1/11/2012
Devolução :5/11/2012 Saidap/ TJ 5/11/2012

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 1/11/2012
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
AFRANIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

1ª CÂMARA CÍVEL

2012.007795-0
APELAÇÃO CIVEL
CAPITAL
APETE :
ESTADO DE ALAGOAS
APEDO :
ALVARO OTAVIO VIEIRA MACHADO
Entrada :1/11/2012 Retirada :1/11/2012
Devolução :5/11/2012 Saidap/ TJ 5/11/2012

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 1/11/2012
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
AFRANIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

2ª CÂMARA CÍVEL

2012.006661-0
AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO
CAPITAL
AGRAVANTE :
MARIA DAS GRAÇAS GOMES DE OLIVEIRA
AGRAVADO :
ANCIL-ANDREA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA
Entrada :31/10/2012 Retirada :1/11/2012
Devolução :5/11/2012 Saidap/ TJ 5/11/2012

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 31/10/2012
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
DENNIS L.. CALHEIROS

2ª CÂMARA CÍVEL

2012.006908-7
REMESSA EX-OFFICIO
CAPITAL
REMETE :
JUIZO
PARTE(S) :
JADSON DA SILVA
Entrada :31/10/2012 Retirada :1/11/2012
Devolução :5/11/2012 Saidap/ TJ 5/11/2012

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 31/10/2012
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
DENNIS L.. CALHEIROS

2ª CÂMARA CÍVEL

2012.007947-3
APELAÇÃO CIVEL
CAPITAL
APETE :
FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
APEDO :
ESPOLIO DE IVONETE CALADO COSTA P/ SUA
INVENTARIANTE
Entrada :31/10/2012 Retirada :1/11/2012
Devolução :5/11/2012 Saidap/ TJ 5/11/2012

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 31/10/2012
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
DENNIS L.. CALHEIROS

2ª CÂMARA CÍVEL

2012.003600-2
APELAÇÃO CIVEL
CAPITAL
APETE :
LUCIANO CARLOS PEREIRA DOS SANTOS
APEDO :
MUNICIPIO DE MACEIO
Entrada :31/10/2012 Retirada :1/11/2012
Devolução :5/11/2012 Saidap/ TJ 5/11/2012

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 31/10/2012
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
DENNIS L.. CALHEIROS

2ª CÂMARA CÍVEL

2012.006257-1
REMESSA EX-OFFICIO
CAPITAL
REMETE :
JUIZO
PARTE(S) :
JURACY GOES DA ROCHA
Entrada :31/10/2012 Retirada :1/11/2012
Devolução :5/11/2012 Saidap/ TJ 5/11/2012

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 31/10/2012
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
DENNIS L.. CALHEIROS

2ª CÂMARA CÍVEL

2012.006753-3
APELAÇÃO CIVEL
CAPITAL
APETE :
ESTADO DE ALAGOAS
APEDO :
PAULO ROBERTO MARQUES DE LIMA
Entrada :4/10/2012 Retirada :11/10/2012
Devolução :5/11/2012 Saidap/ TJ 5/11/2012

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 4/10/2012
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
VICENTE FELIX CORREIA

3ª CAMARA CIVEL

2012.006920-7
REMESSA EX-OFFICIO
CAPITAL
REMETE :
JUIZO
PARTE(S) :
ESTADO DE ALAGOAS
Entrada :1/11/2012 Retirada :1/11/2012
Devolução :5/11/2012 Saidap/ TJ 5/11/2012

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 1/11/2012
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
AFRANIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

CÂMARA CRIMINAL

2012.008184-9
APELAÇÃO CRIMINAL
IGREJA NOVA
APETE :
JOSE FRANCISCO COSTA JUNIOR
APEDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :1/11/2012 Retirada :1/11/2012
Devolução :5/11/2012 Saidap/ TJ 5/11/2012

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 1/11/2012
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

CÂMARA CRIMINAL

2012.008203-0
APELAÇÃO CRIMINAL
MARECHAL DEODORO
APETE :
ROGERIO SANTOS DE LIMA
APEDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :1/11/2012 Retirada :5/11/2012
Devolução :5/11/2012 Saidap/ TJ 5/11/2012

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 1/11/2012
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LEAN ANTONIO F. DE ARAUJO

CÂMARA CRIMINAL

2012.007525-5
APELAÇÃO CRIMINAL
MARECHAL DEODORO
APETE :
ADALBERTO WILSON SILVA NUNES DE MELO
APEDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :1/11/2012 Retirada :1/11/2012
Devolução :5/11/2012 Saidap/ TJ 5/11/2012

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 1/11/2012
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LEAN ANTONIO FERREIRA DE ARAUJO

TRIBUNAL PLENO CÍVEL

2012.006290-4
CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA (TPC)
CAPITAL
SUSCITAN :
DESEMBARGADOR ALCIDES GUSMÃO DA SILVA - 1ª
CAMARA CIVEL
SUSCITDO :
DESEMBARGADOR PEDRO AUGUSTO MENDONÇA DE
ARAÚJO- 2ª CAMARA CIVEL
Entrada :25/10/2012 Retirada :25/10/2012
Devolução :5/11/2012 Saidap/ TJ 5/11/2012

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 25/10/2012
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
EDUARDO TAVARES MENDES

TRIBUNAL PLENO CÍVEL

2010.001089-9
AGRAVO REGIMENTAL EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA
CAPITAL
AGRAVANTE :
C. F. B. DE A.
AGRAVADO :
MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL
Entrada :31/10/2012 Retirada :1/11/2012
Devolução :5/11/2012 Saidap/ TJ 5/11/2012

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 31/10/2012
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
EDUARDO TAVARES MENDES

TRIBUNAL PLENO CÍVEL

2012.004966-9
RECURSO ESPECIAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO
CAPITAL
RECORRENTE:
COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO LTDA (HIPERMERCADO EXTRA)
RECORRIDO :
ARISTOTELES ANDRADE LEAO
Entrada :31/10/2012 Retirada :1/11/2012
Devolução :5/11/2012 Saidap/ TJ 5/11/2012

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 31/10/2012
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LUIZ BARBOSA CARNAUBA

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL

2012.006651-7
Ação PENAL ORIGINARIA
CAPITAL
AUTOR :
MINISTERIO PUBLICO
REU :
MOISES CARVALHO PEREIRA E OUTROS
Entrada :31/10/2012 Retirada :1/11/2012
Devolução :5/11/2012 Saidap/ TJ 5/11/2012

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 31/10/2012
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LUIZ BARBOSA CARNAUBA

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL

2012.001647-1
CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA
CRIMINAL
CAPITAL
SUSCITE :
JUIZ DE DIREITO DA 17ª VARA CRIMINAL DA
CAPITAL
SUSCIDO :
JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA
CAPITAL
Entrada :31/10/2012 Retirada :1/11/2012
Devolução :5/11/2012 Saidap/ TJ 5/11/2012

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 31/10/2012
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LUIZ BARBOSA CARNAUBA

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL

2011.007485-8
Ação PENAL ORIGINARIA
CAPITAL
AUTOR :
MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL
REU :
MANOEL GOMES DE BARROS FILHO
Entrada :31/10/2012 Retirada :1/11/2012
Devolução :5/11/2012 Saidap/ TJ 5/11/2012

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 31/10/2012
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LUIZ BARBOSA CARNAUBA

Tania
ASSESSORA TÉCNICA

PROCOLO GERAL

AO(S) '05' DIA(S) DO MÊS DE NOVEMBRO O
FUNCIONÁRIO COMPETENTE DESTE SETOR
DE PROCOLO,PROCEDEU A DISTRIBUI-
ÇÃO AUTOMÁTICA,ATÉ AS DEZESSEIS E
TRINTA, DOS SEGUINTE PROCESSOS ABAI-
XO RELACIONADO(S):

2ª CÂMARA CÍVEL

2012.006689-2
AGRAVO DE INSTRUMENTO
CAPITAL
AGRADO :
MANOEL GOMES DE BARROS FILHO E OU-
TRO
AGRADO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :31/10/2012 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 5/11/2012
Tipo: REDISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
VICENTE FELIX CORREIA

CÂMARA CRIMINAL

2012.008336-2
RECURSO CRIME
VICOSA
RECORRTE :
GILVERLAN ALBUQUERQUE DE VASCON-
CELOS
RECORRDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :5/11/2012 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 5/11/2012
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTONIO ARECIPPO DE BARROS TEXEIRA
NETO

CÂMARA CRIMINAL

2012.008330-0
APELAÇÃO CRIMINAL
ARAPIRACA
APETE :
ROGERIO DOS SANTOS
APEDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :5/11/2012 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 5/11/2012
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
MARCIO ROBERTO TENORIO DE ALBU-
QUERQUE

CÂMARA CRIMINAL

2012.008163-6
APELAÇÃO CRIMINAL
CAPITAL
APETE :
MINISTERIO PUBLICO
APEDO :
ALEX VALADAO DE BRITO
Entrada :5/11/2012 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 5/11/2012
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
MARCIO ROBERTO TENORIO DE ALBU-
QUERQUE

CÂMARA CRIMINAL

2012.008333-1
APELAÇÃO CRIMINAL
CAPITAL
APETE :
DIEGO MENDES DA GRAÇA FELIX
APEDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :5/11/2012 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 5/11/2012
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
MAURICIO ANDRE BARROS PITTA

CÂMARA CRIMINAL

2012.008324-5
APELAÇÃO CRIMINAL
CAPITAL
APETE :
FERNANDO RAMOS DA SILVA
APEDO :
MIISTERIO PUBLICO
Entrada :5/11/2012 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 5/11/2012
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUUA

CÂMARA CRIMINAL

2012.008191-1
APELAÇÃO CRIMINAL
CAPITAL
APETE :
ANTONIO LUNA DOS SANTOS
APEDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :5/11/2012 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 5/11/2012
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUUA

CÂMARA CRIMINAL

2012.008203-0
APELAÇÃO CRIMINAL
MARECHAL DEODORO
APETE :
ROGERIO SANTOS DE LIMA
APEDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :1/11/2012 Retirada :5/11/2012
Devolução :5/11/2012 Saidap/ TJ 5/11/2012

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 1/11/2012
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LEAN ANTONIO F.DE ARAUJO

CÂMARA CRIMINAL

2012.008266-9
APELAÇÃO CRIMINAL
CAPITAL
APETE :
FRANCISCO KLEBER CUNHA DA SILVA
APEDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :5/11/2012 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 5/11/2012
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LEAN ANTONIO F.DE ARAUJO

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 5/11/2012
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LEAN ANTONIO F.DE ARAUJO

CÂMARA CRIMINAL

2012.007669-7
RECURSO CRIME
SAO JOSE DA LAJE
RECORRTE :
ANDERSON PETTYSON BARBOSA DA SILVA
E OUTROS
RECORRDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :5/11/2012 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 5/11/2012
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
DILMAR LOPES CAMERICO

CÂMARA CRIMINAL

2012.008380-5
APELAÇÃO CRIMINAL
CAPITAL
APETE :
JOSEANO PEREIRA DA SILVA
APEDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :5/11/2012 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 5/11/2012
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
DILMAR LOPES CAMERICO

CÂMARA CRIMINAL

2012.008390-8
APELAÇÃO CRIMINAL
CAPITAL
APETE :
LEONARDO RODRIGUES DA SILVA
APEDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :5/11/2012 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 5/11/2012
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
DILMAR LOPES CAMERICO

CÂMARA CRIMINAL-HC

2012.008017-7
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL
CAPITAL
PACIENTE :
CARLOS ALFREDO DA SILVA LOURENÇO

Entrada :5/11/2012 Retirada :
Devolução : Saidap/TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 5/11/2012
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:

ANTONIO ARECIPPO DE BARROS TEXEIRA
NETO

TRIBUNAL PLENO CÍVEL

2011.003531-3
RECURSO ESPECIAL EM AÇÃO RESCISÓRIA
ARAPIRACA
RECORRENTE:
ADEMIR LIMA WANDERLEY
RECORRIDO :
JOSEFA CAVALCANTE BARBOSA E OUTRO
Entrada :5/11/2012 Retirada :
Devolução : Saidap/TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 5/11/2012
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
EDUARDO TAVARES MENDES

TRIBUNAL PLENO CÍVEL

2012.005126-2
RECURSO ESPECIAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO
CAPITAL
RECORRENTE:
BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
RECORRIDO :
EDIMAR PAIXAO DA SILVA
Entrada :5/11/2012 Retirada :
Devolução : Saidap/TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 5/11/2012
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
EDUARDO TAVARES MENDES

TRIBUNAL PLENO CÍVEL

2012.007907-1
SUSPENSÃO DOS EFEITOS DA LIMINAR
CAPITAL
REQUERENTE:
ESTADO DE ALAGOAS
APARTE(S) :
MACHADO ARMARINHOS LTDA-EPP

Entrada :5/11/2012 Retirada :
Devolução : Saidap/TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 5/11/2012
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LUCIANO C: CHAGAS

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL

2012.006736-8
CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA
CRIMINAL
CAPITAL
SUSCITE :
JUIZO DA 15ª VARA CRIMINAL DA COMARCA
DA CAPITAL
SUSCIDO :
JUIZO DO 3º JUIZADO ESPECIAL CIVIL E
CRIMINAL DA
CAPITAL
Entrada :5/11/2012 Retirada :
Devolução : Saidap/TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 5/11/2012
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
EDUARDO TAVARES MENDES

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL

2012.002636-2
RECURSO ESPECIAL EM RECURSO CRIME
RIO LARGO
RECORRENTE:
JOSILENE FLORIANO DA SILVA
RECORRIDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :5/11/2012 Retirada :
Devolução : Saidap/TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 5/11/2012
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
EDUARDO TAVARES MENDES

Tania
ASSESSORA TÉCNICA

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS - ESMP-AL

A Escola Superior do Ministério Público de Alagoas - ESMP-AL CONVIDA Membros, Servidores e Estagiários deste Ministério Público e toda a comunidade da sociedade alagoana para o lançamento do programa:

VOLUNTARIADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

9 de NOVEMBRO de 2012, às 9h no Auditório da Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas.
Rua Dr. Pedro Jorge de Melo e Silva, 79, Edf. Carlos Guido Ferrário Lobo, 5º andar. Bairro Poço, Maceió/AL.

Maceió, 5 de novembro de 2012.

Cláudio José Brandão Sá
Promotor de Justiça
Diretor em exercício da ESMP-AL

João Marcello Vieira de Almeida
Analista do Ministério Público
Chefe da Seção do Serviço Voluntário

QUADRO I

CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA/FONTE	ADIÇÃO
	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS		
03.122.0003.2107.0000 PI000735	Manutenção das Atividades do Ministério Público Todo Estado	319092/0100	7.653.540,00
03.331.0003.2407.0000 PI002310	Benefícios concedidos aos Servidores Todo Estado	339046/0100	55.000,00
TOTAL			7.708.540,00

QUADRO II

CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA/FONTE	REDUÇÃO
	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS		
03.091.0003.2089.0000 PI000709	Correções Ordinárias e Extraordinárias Todo Estado	339030/0100 339033/0100 339039/0100	15.000,00 10.000,00 50.000,00
03.091.0003.2363.0000 PI000731	Manutenção dos Serviços de Inteligência do Ministério Público Todo Estado	339014/0100 339015/0100 339030/0100 339035/0100 339036/0100 339039/0100 339047/0100 449052/0100	24.000,00 30.000,00 40.000,00 60.000,00 30.000,00 49.000,00 4.840,00 498.700,00
03.091.0195.1010.0000 PI002330	Gestão Inovadora de Políticas Institucionais Metropolitana de Maceió	339035/0100	200.000,00
03.091.0195.1011.0000 PI002331	Formação e desenvolvimento de Membros e Servidores Metropolitana de Maceió	339039/0100	200.000,00
03.091.0241.1012.0000 PI002332	Construção de Promotorias Vale do Paraíba e Mundaú	449051/0100	800.000,00
03.091.0241.1014.0000 PI002341	Informatização do Ministério Público Metropolitana de Maceió	339039/0100 449051/0100 449052/0100	565.000,00 1.700.000,00 217.000,00
03.122.0003.2107.0000 PI000735	Manutenção das Atividades do Ministério Público Todo Estado	315013/0100 339008/0100 339030/0100 339032/0100 339035/0100 339036/0100 339037/0100 339039/0100 339047/0100 339147/0100	50.000,00 80.000,00 900.000,00 30.000,00 50.000,00 190.000,00 353.000,00 400.000,00 45.000,00 10.000,00
03.122.0003.2402.0000 PI002297	Manutenção dos Serviços de Informática Todo Estado	339030/0100 339035/0100 339036/0100 339039/0100 339047/0100 449052/0100	29.000,00 100.000,00 30.000,00 110.000,00 5.000,00 300.000,00
03.128.0003.2124.0000 PI000760	Manutenção da Escola Superior do Ministério Público Todo Estado	339014/0100 339030/0100 339033/0100 339047/0100 449052/0100	42.000,00 50.000,00 26.000,00 168.000,00 60.000,00
03.422.0003.2096.0000 PI000764	Manutenção dos Centros de Apoio Operacional do M. Público Todo Estado	339014/0100 339030/0100 339033/0100 339036/0100 339039/0100	55.000,00 45.000,00 26.000,00 26.000,00 35.000,00
TOTAL			7.708.540,00